

Integração Supranacional na Periferia do Capitalismo: a Experiência da União Econômica e Monetária da África Ocidental (Uemoa)

Supranational Integration in the Periphery of Capitalism: the Experience of the West Africa Economic and Monetary Union (Waemu)

Mamadu Alfa Djau^a 
Hoyêdo Nunes Lins^b 
Arlei Luiz Fachinello^b 

Resumo: Analisam-se, no artigo, indicadores socioeconômicos sobre os oito países membros da União Econômica e Monetária da África Ocidental (Uemoa), assim como as relações comerciais internas antes e após a criação desse bloco, destacando-se a situação da Guiné-Bissau, último país a entrar e um dos mais pobres do mundo. Exploram-se os dados com técnicas de estatísticas descritivas para examinar a *performance* econômica e comercial do bloco como um todo e também a posição dos países individualmente. Percebe-se que, após a criação da Uemoa, os indicadores socioeconômicos mostraram evolução e as trocas comerciais entre os membros ganharam em intensidade. A comparação do desempenho econômico permite constatar que, na maioria dos indicadores analisados, a Guiné-Bissau mostra-se bastante frágil, tendo evoluído pouco após a sua incorporação. Por razões de cunho também histórico e estrutural, o país permanece em clara desvantagem em relação aos demais, o que permite indagar sobre os reais benefícios da sua participação nesse processo de integração.

Palavras-chave: integração econômica; Uemoa; Guiné-Bissau.

Abstract: This article focuses on some socioeconomic indicators concerning the eight member countries of the West African Economic and Monetary Union (Waemu). Internal trade relations are also analyzed, before and after the creation of this bloc. The situation of Guinea-Bissau, the last country to enter the Union and one of the poorest in the world, is highlighted. Data are examined by making use of descriptive statistics techniques, in order to derive conclusions about the economic and commercial performance of the bloc as a whole and of each member country. It is observed that after the creation of Waemu, some socioeconomic indicators improved and trade among members gained in intensity. The comparison of individual economic performances indicates that by most of the analyzed indicators Guinea-Bissau appears deeply fragile, its trajectory since the incorpora-

a Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO). Guiné-Bissau.

b Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina.

tion being a poor one. For historical and structural reasons, the country remains at a clear disadvantage in relation to the others, giving grounds to inquire about the actual benefits of its participation in this integration process.

Keywords: economic integration; Waemu; Guinea-Bissau

JEL Classification: F15; O55.

1 Introdução

Os processos de integração econômica, principalmente aqueles formalizados por acordos ou tratados, multiplicaram-se na segunda metade do século XX. A experiência, por assim dizer, paradigmática refere-se à Europa, com a progressão registrada desde os anos 1950. Nas últimas décadas, em um contexto de globalização e intensificação da integração produtiva em escala mundial, essas iniciativas passaram a incidir mais fortemente também em latitudes latino-americanas e africanas. Há grande diversidade na profundidade e na abrangência desses processos em tais áreas e, sobretudo, nos seus desdobramentos e resultados, um aspecto que chama a atenção de pesquisadores interessados na problemática do desenvolvimento socioeconômico.

No que toca ao continente africano, a trajetória de experiências de integração mostra-se longa e variada. Somente na África Ocidental, como repertoriado por Diallo (2015), entre meados do século XX e o começo do presente século, a história registra, pelo menos, 15 iniciativas do gênero, as três primeiras desencadeadas em 1959 e dizendo respeito à Federação do Mali (com Burquina Faso, Mali e Senegal), à União Gana-Guiné (com Gana, Guiné e Mali) e à União Aduaneira da África Ocidental (Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger e Senegal). Sobre o estado atual da integração em terras africanas, é útil a consulta de documentos produzidos por instituições como a United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), especialmente o texto de UNCTAD (2009).

Este artigo ocupa-se da integração econômica regional nesse continente. Especificamente, é abordada a experiência relativa à União Econômica e Monetária da África Ocidental (Uemoa), fundada em 1994 e atualmente composta por oito países, a saber, Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. O foco principal é a participação da Guiné-Bissau, único membro lusófono de conjunto em que o francês constitui a língua franca, um traço indissociável da longa dominação portuguesa no primeiro caso e do seu equivalente francês em todos os outros.

Haja vista o que parece ser uma escassa presença de estudos sobre processos africanos de integração econômica na literatura brasileira – segundo constatado

nos registros de teses e dissertações de algumas universidades e também junto a alguns dos principais periódicos da área de Economia do país –, este artigo foi concebido com o intuito de, por um lado, informar sobre a trajetória da Uemoa e discutir a situação dos países membros, com base em indicadores socioeconômicos e em dados sobre o comércio intrabloco, tratados com técnicas de estatística descritiva. Por outro lado, pretendeu-se atribuir destaque à participação da Guiné-Bissau, último país a se incorporar (em 1997), reconhecido como um dos mais pobres da África e do mundo, como se pode constatar, por exemplo, consultando o Índice Multidimensional da Pobreza, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2019).

O ângulo principal da pesquisa, que envolveu trabalho de obtenção de dados e informações na Guiné-Bissau, entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, diz respeito aos reflexos domésticos do envolvimento desse país na Uemoa. Assinale-se que a pesquisa direta no país, realizada por um dos autores, ocorreu junto às seguintes instituições, fundamentalmente: Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (Mapp), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep), Representação do Fundo Monetário Internacional na Guiné-Bissau e Representação do Banco Africano do Desenvolvimento na Guiné-Bissau.

Também cabe ressaltar, e desde logo, que o foco do estudo em processos que se encontram em curso nas últimas décadas não deve levar o leitor a acreditar que seja possível compreender, ou tentar compreender, a situação atual do país (e de qualquer outro país) sem levar em conta a história. Para a Guiné-Bissau, como para numerosos outros Estados, essa história inclui um longo período de espoliação colonial, herança que subjaz ao grosso dos problemas vivenciados e enfrentados no período atual.

Este estudo possui mais cinco seções, além desta introdução: a segunda seção apresenta algumas considerações de índole teórica sobre o tema da integração econômica regional; a terceira seção discorre sobre a Uemoa, explorando indicadores socioeconômicos que possibilitam formar uma ideia sobre o desempenho da economia, principalmente procurando realçar a situação da Guiné-Bissau; a quarta seção discute as relações comerciais, com foco nas exportações e importações realizadas no interior da Uemoa, salientando-se o modo como a Guiné-Bissau tem participado; a quinta seção disserta sobre as dificuldades exibidas por esse país, a quais autorizam indagar sobre o quanto o envolvimento da Guiné-Bissau nesse processo de integração tem, de fato, representado resultados positivos; e, por fim, a sexta seção encerra o estudo com as considerações finais.

2 Integração Econômica Regional e Desenvolvimento: Nota de Cunho Teórico

O sentido da integração regional permanece uma questão para debate, não obstante a longa trajetória, desde meados do século XX, das experiências do gênero e das elaborações teóricas. Não se pretende recuperar aqui tal percurso, mas somente salientar, por exemplo, que o embate de ideias em torno do assunto envolve até o próprio conceito de região. Alguns autores consideram a proximidade geográfica como aspecto determinante, e outros, a presença de fatores que incluem interações e laços comuns em termos de etnia, língua, cultura e história (DIALLO, 2015).

Como observado em diversos outros trabalhos, considera-se, neste estudo, que integração e regionalismo (no âmbito internacional) são termos praticamente sinônimos. Na realidade, os processos aos quais ambos se referem tendem a se influenciar mutuamente. Segundo Pereira (2008), cabe entendê-los como sinônimos, sobretudo, porque, entre outros aspectos, a análise da integração costuma ter o significado de análise do regionalismo; no caso contemplado neste artigo, do regionalismo econômico, escorado em acordos regionais de comércio.

De outra parte, como destacado por Fishlow e Haggard (1992), o regionalismo representa um processo político caracterizado por cooperação e coordenação, entre os países envolvidos, de natureza não só econômica, mas igualmente política. Desse modo, assim como é difícil separar integração e regionalismo em termos práticos, não se pode considerar estarem desvinculados os incrustados aspectos políticos e econômicos, embora a integração conte, frequentemente, com amparo institucional e o regionalismo possa ter várias características (de cunho comercial, geográfico, cultural e linguístico, entre outros).

Converge para esse entendimento a análise de Fernandes, Boukouna e Fernandes Júnior (2011), segundo a qual a integração não deve ser vista somente nos seus aspectos econômicos. É preciso considerar, igualmente, questões de soberania e de articulação de diferentes culturas, hábitos e idiossincrasias. Com efeito, a integração econômica resulta da iniciativa dos Estados, que reconhecem serem as forças do mercado insuficientes para a regulação, sendo necessários, assim, movimentos protagonizados na esfera da política.

A integração regional costuma resultar da união voluntária de dois ou mais Estados, entre diversas unidades estatais de uma mesma área geográfica, com vistas a promover, igualmente, a coesão e o sentimento de interdependência (DIALLO, 2015). Ocampo (2006), de sua parte, acentua o interesse (dominante) em impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, promovendo uma maior competitividade internacional dos países envolvidos, e também o desenvolvimento político e cultural, como vetor principal da integração. Com efeito, diferentes pro-

cessos dessa natureza, em várias regiões do mundo, refletem a busca de maior eficiência e cooperação no intuito de lograr ganhos econômicos.

Contudo, há diferentes tipos e níveis de integração regional, sendo múltiplos, como aponta Badi (1992), os ângulos possíveis para o estudo dessas experiências, dependendo do interesse do pesquisador. De fato, a integração regional pode ser examinada pelas óticas dos atores envolvidos no processo, dos objetivos contemplados, das relações de poder praticadas e da natureza jurídica do esquema instalado.

Em termos econômicos, integração quer dizer, invariavelmente, criação de um espaço econômico mais amplo entre as nações, mediante, pelo menos, a redução ou a eliminação das barreiras comerciais internas. Esse prisma encontra-se diante, em consequência, da constituição de latitudes econômicas que transbordam amplamente a escala dos estados nacionais individuais, os quais se articulam motivados por interesses comuns ligados à superação dos entraves ao desenvolvimento (MYRDAL, 1967).

Assim, mesmo que, segundo Jovanovic (1998), a integração econômica exiba diferentes significados, dependendo do país, do tempo e dos interesses envolvidos, trata-se sempre de processo e de meio pelos quais um grupo de países busca aumentar seu nível de bem-estar e atingir objetivos comuns de forma coordenada, dotando-se de melhores possibilidades de sucesso nas suas atividades econômicas e nas comerciais. É por meio de ações conjuntas ou integradas, dificilmente executadas individualmente, como argumenta Robson (1998), que os participantes podem atingir objetivos comuns. Nesse sentido, a integração deve ser entendida como um meio, e não um fim, pois seu papel envolveria promover o desenvolvimento pelo fortalecimento da competitividade e, como decorrência, por uma melhor participação na economia mundial (CARVALHO, 2002).

Costuma-se referir, principalmente com inspiração na trajetória da Europa, a um processo unidirecional, com avanço em fases sucessivas. O ponto de partida seria a criação de uma área com relações preferenciais de comércio, daí percorrendo (em tese) estágios (teóricos) como áreas preferenciais de comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica, união monetária e união econômica e monetária, conforme Balassa (1964) e Salvatore (2000), entre outros. Pensar nesses termos significa considerar a integração econômica seja como um processo – “definição” de índole dinâmica –, seja como um estado – “definição” estática. É processo por envolver medidas, aplicadas em trajetória crescente, para pôr fim à discriminação econômica entre países. É estado porque se refere a uma situação específica, não ambígua, nas relações, isto é, ou bem os países estão integrados ou bem não estão.

Entretanto, o tema é *controverso* mesmo no interior do recorte específico da integração econômica, segundo Torrent (2006). De fato, na literatura sobre o assunto, são numerosos os enfoques refletindo as áreas de atuação dos estudio-

sos. Mesmo dentro de uma área específica, as abordagens espelham interesses e questões concretas, não devendo surpreender, dessa maneira, a diversidade de conceitos e enfoques encontrados em diferentes pesquisas.

Neste artigo, tendo em vista o seu objeto, a modalidade de integração regional considerada refere-se à integração econômica e monetária, patamar que representa o ápice da trajetória contemplada por Balassa (1964). Trata-se do nível mais próximo do que se chamaria de integração econômica completa, abrangendo mobilidade de bens, serviços e fatores de produção, e também a unificação dos mercados financeiros, entre outros aspectos possíveis, como se observa atualmente em solo europeu.

Foi na esteira das experiências vivenciadas desde meados do século XX em diferentes regiões do mundo, e sob o estímulo dos acenos de promoção do desenvolvimento e melhoria nas condições de participação na economia internacional, que Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo criaram, em 1994, a Uemoa. A Guiné-Bissau ingressou no bloco em 1997.

Subjacente à iniciativa desse conjunto de países, figurava o interesse de cada membro em usufruir de um mercado regional ampliado e acessível sem obstáculos, assim como em outros benefícios associados a esse tipo de estrutura, conforme abordado por autores como Viner (1950), Balassa (1964) e Caves, Frankel e Jones (2007). Especialmente sedutoras eram as possibilidades de ganhos de escala, tendo em vista os efeitos do aumento do mercado nas estruturas produtivas. Esse assunto é abordado, por exemplo, em estudos como os de Corden (1972), Smith e Venables (1988) e Cavalcanti (1997).

Também eram atraentes as perspectivas relacionadas ao financiamento de projetos de desenvolvimento, por meio do Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (Boad). O mesmo cabe dizer sobre as possibilidades de estabilidade dos preços e de maior consistência na política monetária, na perspectiva da luta contra o elevado nível de inflação, algo sinalizado pela sugerida transferência das correspondentes funções para o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

3 Um Retrato Socioeconômico da Uemoa, com Especificação da Guiné-Bissau

Como assinalado, a Uemoa é uma união econômica e monetária composta por oito países da África Ocidental. Representando um mercado com cerca de 114 milhões de consumidores, o bloco exhibe importantes diferenças entre os membros. Esse é o foco desta seção, em que se examinam alguns indicadores socioeconômicos desses países, procurando-se elementos para uma abordagem de seus desempenhos na Uemoa.

3.1 Uemoa: Esboço sobre o Conjunto e Situações Individuais

A Tabela 1 informa sobre a evolução do PIB e do PIB *per capita* dos membros da Uemoa antes e depois da constituição do bloco. O PIB total girava em torno de US\$ 40 bilhões em 1990, quatro anos antes da criação. Dez anos depois, a cifra era de US\$ 53 bilhões, e, em 2015, o patamar alcançado foi de US\$ 101 bilhões.

Aparentemente, a existência do bloco repercutiu pouco na atividade econômica durante os primeiros anos. A diferença na dimensão do PIB agregado entre 1990 e 2000 mostra-se relativamente pequena (US\$ 13 bilhões). Uma provável razão é que os países membros ainda se encontravam em fase de adaptação à nova estrutura do mercado. Porém, a cifra para o ano de 2015, de US\$ 101 bilhões, reflete um aumento expressivo. Uma possível explicação, ao menos parcial, refere-se ao maior dinamismo econômico desencadeado por conta do funcionamento do bloco após a adaptação dos países.

Tabela 1 – Uemoa: PIB e PIB *per capita* a preços constantes e outros indicadores socioeconômicos (1990-2015)

	PIB (US\$ milhão)			PIB <i>per capita</i> (US\$ 1,00)			População/ nível de pobreza (%)	IDH
	1990	2000	2015	1990	2000	2015		
Guiné-Bissau	622,0	661,7	1.057,4	614,46	532,27	545,90	67	0,420
Costa do Marfim	17.764,1	22.300,4	36.794,3	1.448,03	1336,43	1384,91	46,3	0,462
Togo	2.064,7	2.563,1	4.245,3	545,21	515,67	531,16	55,1	0,484
Burquina Faso	3.007,7	5.046,7	12.379,5	341,35	434,76	639,71	40,1	0,402
Benim	3.033,6	4.766,6	9.103,8	609,35	694,24	833,66	36,2	0,480
Senegal	6.398,5	8.668,3	16.833,3	846,86	877,00	1018,39	46,7	0,466
Níger	3.064,8	3.657,4	8.085,9	382,49	322,15	386,73	45,4	0,348
Mali	4.073,9	6.071,5	13.421,8	481,25	553,58	705,79	36,1	0,419
Uemoa	40.029,3	53.735,7	101.921,4	477,62	658,26	755,78	46,61	0,435

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de WBG (2018), Index Mundi ([2018?]) e PNUD (2015).

De 1990 a 2015, o PIB do conjunto cresceu 39%. A evolução foi expressiva, provavelmente relacionada, em algum grau, à existência do bloco. Na base da trajetória, há de ter figurado um maior impulso nas interações entre os países, por conta dos processos ligados à integração, com reflexos na intensificação do ritmo da atividade econômica.

Da mesma maneira como o produto se expandiu ao longo dos 25 anos de funcionamento da Uemoa, também o PIB *per capita* ampliou-se no seu interior. Tal indicador, que era de US\$ 477,62 no ano de 1990, apresentou crescimento não negligenciável, alcançando US\$ 755,78 em 2015, o que representou um aumento de 58%. Certamente, subjaz a esse resultado a intensificação da atividade econômica relacionada aos processos inerentes à existência do bloco.

Considerando-se os países individualmente, observa-se que o maior destaque diz respeito à Costa do Marfim. Maior economia do bloco, esse país registrou, em 1990, um PIB de quase US\$ 18 bilhões. Em 2015, o montante atingido foi próximo a US\$ 37 bilhões, representando um crescimento de 48,3%.

O segundo maior produto, e, conseqüentemente, a segunda maior economia, relaciona-se ao Senegal, que alcançou US\$ 6 bilhões, em 1990, e chegou a quase US\$ 17 bilhões em 2015. Assim, esse país ostentou um crescimento de 38% no seu PIB no período considerado.

Como terceira maior economia, perfila-se o Mali, que contabilizou, em 1990, um valor do PIB equivalente a US\$ 4 bilhões. Em 2015, o patamar foi de US\$ 13 bilhões, em aumento de 30,3% após a criação da Uemoa.

Na sequência da representatividade das economias integrantes desse bloco econômico, a quarta maior força, em termos do PIB, refere-se a Burkina Faso; o quinto lugar fica com Benim; o sexto, com Níger; a sétima posição diz respeito ao Togo; e a oitava economia corresponde à Guiné-Bissau, último país em termos de representação econômica e, como assinalado, o único lusófono da União. Em termos de PIB *per capita*, todos os países tiveram crescimento significativo, apesar dos ritmos diferentes, como se verifica na Tabela 1.

3.2 Especificando a Situação da Guiné-Bissau: o Tamanho do Produto

Tendo-se em vista que a Guiné-Bissau constitui-se na menor economia desse conjunto de países, sua situação econômica passa a ser examinada mais de perto, como se indicou na introdução do artigo.

Para padrões africanos, todos os sete membros fundadores dessa União já exibiam ritmos de expansão econômica mais ou menos acelerados desde 1990, quatro anos antes da criação do bloco. Todos apresentavam PIB maior do que US\$ 1 bilhão. A Guiné-Bissau, que aderiu só em 1997, como já assinalado, registrava, em 1990, PIB de não mais que US\$ 622 milhões. Somente em 2015 esse país logrou alcançar o patamar de US\$ 1 bilhão, período em que alguns membros já haviam atingido muito mais do que isso, na faixa de mais de uma dezena de bilhões de dólares. Esses números indicam o existente descompasso da economia guineense em relação às demais, mesmo após 19 anos de participação, ainda que se trate da menor economia da Uemoa.

Portanto, incorporada ao bloco quatro anos depois de sua fundação, a Guiné-Bissau permaneceu confinada a um baixo nível de desempenho econômico, como permitem observar os dados apresentados. Tal fato há de traduzir um limitado aproveitamento das oportunidades que o mercado ampliado oferece. A fragilidade econômica da Guiné-Bissau no interior do bloco, sinalizada nos dados da Tabela 1, também transparece na comparação das contribuições percentuais dos países para o PIB da Uemoa como um todo.

A Costa do Marfim, maior economia do bloco, representa 36% do PIB total desse conjunto. Senegal, a segunda maior economia, contribui com 16%. A terceira maior, o Mali, participa com 13,6%; Burquina Faso, a quarta maior força econômica, registra 12%. Em patamares inferiores, Benim representa quase 9%; Níger, quase 8% e Togo, 4%. A Guiné-Bissau, situada em última posição nessa hierarquia, que evoca diferenciais de *performance* econômica, aparece com apenas 1% do PIB da Uemoa (WBG, 2018).

Porém, olhando somente para o crescimento do PIB guineense, percebe-se ter tido 63% de expansão entre 2000 e 2015. Tal aumento, além de insuficiente para mudar a posição do país no *ranking* do bloco, talvez reflita a intensificação das exportações de produtos primários para fora da Uemoa. Esses produtos representam 44,0% do PIB da Guiné-Bissau, segundo o INE (2017). A castanha de caju constitui a melhor ilustração do peso desse tipo de produto nas exportações e no PIB desse país.

Como desdobramento do problema relativo à influência da Uemoa na apon-tada trajetória do PIB da Guiné-Bissau, tem sentido assinalar que o crescimento do produto pode ter ocorrido por conta de um aumento no volume de comércio relacionado ao chamado *boom* das *commodities* na década de 2000, em escala mundial. Em outras palavras, a base do comportamento do PIB teria sido a ampliação das trocas com parceiros comerciais situados fora do bloco, notadamente na Ásia, tendo em vista que a Guiné-Bissau não exporta muito mais do que apenas produtos primários para os correspondentes mercados.

Pelos dados de evolução do PIB nos demais países do bloco, pode-se considerar que, de um modo geral, o funcionamento da Uemoa representa um período de avanços nas *performances* econômicas nacionais. Esse resultado corresponde a um dos propósitos dos processos de integração econômica, de um modo geral: intensificar o crescimento econômico e o conseqüente processo de desenvolvimento no marco de uma maior densidade nas interações entre os países.

Tal situação remete às colocações de importantes autores interessados na problemática da integração, sobressaindo-se, entre eles, Balassa (1964), cujas ideias foram tangenciadas anteriormente. O mesmo deve ser dito sobre Robson (1985), para quem países em desenvolvimento articulados em processos de integração regional usufruem de melhores possibilidades para atuar sinergicamente no sentido de concretizar seus interesses, no mercado internacional ou regional, mediante o fortalecimento da competitividade.

Mostram-se mais favorecidos os países que, explorando as oportunidades oferecidas pelo mercado ampliado, conseguem atingir um maior dinamismo econômico. Assim, é plausível considerar que, até o presente momento, a Guiné-Bissau não aproveitou como deveria, ou como poderia, as chances relacionadas a esse mercado.

Razões de cunho estrutural estão por trás de tal quadro. A Guiné-Bissau registra a persistente presença de uma economia fragilizada, cujo sistema produtivo revela-se menos diversificado e robusto em relação aos de vários outros países do bloco, como sugerem os dados apresentados. Uma consequência do precário quadro nacional, e ao mesmo tempo uma expressão dele, é a grande concentração da atividade produtiva em alguns itens de base agrícola, representativos de menor complexidade econômica.

A precária situação exibida pela Guiné-Bissau no que tange à evolução do PIB também estaria refletindo o fato de a Uemoa mostrar-se marcada por grande desequilíbrio econômico entre os membros. Os processos no *front* político revelam-se igualmente importantes: as condições agravam-se ainda mais quando os países sofrem repetidas rupturas no sistema de governo, situações que representam, inclusive, interpelação da democracia, com tradução em crises políticas. Os países do bloco não têm se mostrado impermeáveis a problemas desse tipo.

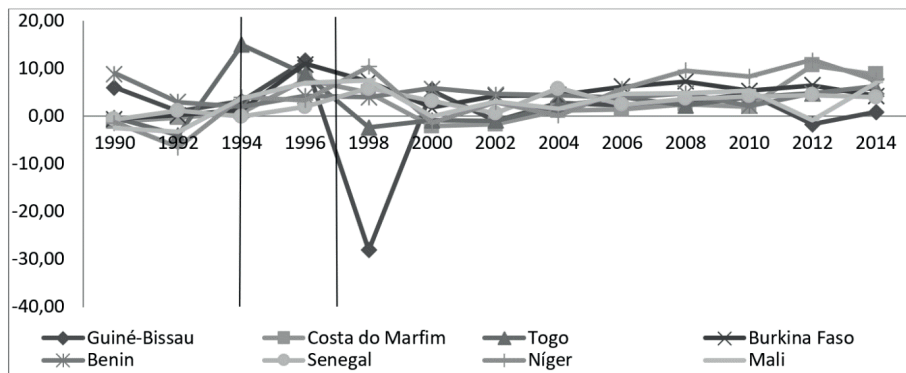
Na Uemoa, todos os países apresentam-se como de baixa renda e em desenvolvimento. Todavia, o contexto é de significativo desequilíbrio intrabloco. A Costa do Marfim constitui a economia mais desenvolvida, como já assinalado, mas o bloco abriga igualmente um país como a Guiné-Bissau, de muito menor expressão econômica: com atividades produtivas em que se sobressai fortemente a castanha de caju, como ressaltado em FAO ([2018?]) e em Ministério da Agricultura, Florestas e Pecuária (2017). A Guiné-Bissau exibe um setor agrícola bastante limitado e uma indústria que representa apenas 13,3% do PIB (INE, 2017). Ao mesmo tempo, como indicado, tem destaque na paisagem socioinstitucional de grande número desses países, a frequente ocorrência de turbulências políticas.

3.3 Especificando a Situação da Guiné-Bissau: Velocidade de Crescimento do Produto

Com relação às taxas de crescimento anual do PIB, de 1990 a 2015, os países do bloco registram comportamentos inversos aos refletidos nos números da Tabela 1. Países de maior potencial econômico, como Senegal e Mali, apresentaram taxas mais baixas, na faixa de 5%, entre os anos de 2000 e 2015. No subgrupo de maiores economias, somente a Costa do Marfim exibe taxa mais expressiva, de quase 11%, em 2012, como se pode observar no Gráfico 1. Nota-se que o respectivo gráfico possui duas linhas verticais em 1994 e 1997, anos de criação do bloco e de entrada

da Guiné-Bissau, uma indicação presente nos outros gráficos de linha do texto para favorecer a visualização da trajetória da Guiné-Bissau.

Gráfico 1 – Uemoa: taxa de crescimento anual do PIB real (%) (1990-2014)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de WBG (2018).

Desconsiderando-se o ano de 1996, em que se registra crescimento próximo de 5% em todos os países – excluindo-se o Senegal –, os membros fora do subgrupo dos três primeiros no *ranking* do bloco tiveram taxas de crescimento econômico maiores ou iguais a 5% até 2014. Chama a atenção o desempenho da Guiné-Bissau, que apresentou dois momentos de declínio expressivo na taxa de crescimento do PIB: os anos de 1998 e 2012 (Gráfico 1).

Esses dois anos representam ilustrações eloquentes de instabilidades políticas fortes, com ruptura democrática, no percurso da Guiné-Bissau desde a sua independência de Portugal em 1973. No período da queda na taxa de crescimento registrada em 1998, observou-se que somente o Togo apresentou número inferior a zero e, mesmo assim, com diminuta magnitude. O decréscimo na Guiné-Bissau, contudo, foi muito forte, de 28%. Esse resultado provavelmente guardou relação com o levante militar no país, que durou 11 meses (de 7 de junho de 1998 a 6 de maio de 1999) e culminou na deposição do Presidente da República.

Com respeito ao comportamento negativo da Guiné-Bissau detectado em 2012, quando somente o Mali, a terceira maior economia, apresentou comportamento com esse sinal entre os demais sete países da União, o resultado guineense vinculou-se ao golpe de Estado orquestrado pelos militares que derrubou o Primeiro Ministro e o Presidente Interino da República. Esse processo repercutiu fortemente na atividade econômica, que amargou uma taxa de crescimento de -0,94%, apesar de uma rápida, porém modesta, recuperação positiva (de 0,96%) em 2014 (WBG, 2018).

Outros países do bloco também registraram taxas de crescimento negativas em alguns momentos, mas os resultados para a Guiné-Bissau foram mais profundos e impactantes, conjugados à situação de economia muito débil em comparação com os demais membros. Isso talvez signifique crescentes dificuldades para o aproveitamento das oportunidades incrustadas no mercado comunitário que os demais países parecem usufruir mais plenamente.

Portanto, também as taxas de crescimento do PIB mostram a frágil situação da economia guineense, considerando-se a importância desse indicador para avaliar o desempenho de uma economia. A Guiné-Bissau padece, com efeito, da condição de maior atraso em termos de estrutura produtiva, o que lhe impõe dificuldades consideráveis – as mais adversas na comparação com os demais países – nas interações em nível de bloco.

3.4 Especificando a Situação da Guiné-Bissau: Ampliando o Escopo da Observação

As dificuldades mencionadas incluem os desafios referentes ao uso de uma nova língua. Não se trata de um aspecto menor, pois a comunicação costuma desempenhar papel destacado nas relações econômicas em processos de integração, assim como nas relações mais abrangentes. Único país lusófono da Uemoa, também nesse plano a Guiné-Bissau enfrenta problemas no interior do bloco.

Uma provável razão é que, em termos econômicos, os demais integrantes já relacionavam-se mais entre si e também com a França, cujos investimentos internacionais – como costuma ocorrer nas relações entre países outrora colonizadores e colônias – mostram-se mais canalizados, na Uemoa, para as suas ex-colônias. De fato, exceção em bloco francófono, a Guiné-Bissau usufrui muito menos dessa possibilidade. De outra parte, essa limitação estimularia (ou imporá) a aprendizagem da língua francesa, e também, talvez, a absorção de outros aspectos daquela cultura, com vistas à adaptação à nova estrutura de mercado representada pelo bloco.

Induz a pensar dessa maneira o fato de ser costumeiramente forte, segundo Mendes (2013), a relação da França com suas antigas colônias.¹ Quando se examinam os fluxos bilaterais de recursos financeiros provenientes da Europa, observa-se que uma parcela significativa envolve tais países, isto é, a França e suas ex-colônias. Comportamento parecido, no tocante ao direcionamento de recursos financeiros com origem na Europa, é percebido também no Reino Unido, em interações com países africanos outrora colônias.

1 Essa intensidade da relação, com as características e os desdobramentos observados em diferentes experiências, decorre em boa parte da atividade diplomática de Aimé F. D. Césaire – intelectual e político martinicano falecido em 2008 –, no sentido de comprometer a França em relação às necessidades (sociais, econômicas) de seus antigos territórios além-mar. Sobre o assunto, cabe consultar Fanon (1968).

No âmbito da Uemoa, tudo isso há de representar menores possibilidades para a Guiné-Bissau. Por exemplo, no ano de 2010, do total do fluxo financeiro oriundo da França, apenas 0,18% foram canalizados para esse país. Todos os outros integrantes do bloco, praticantes da língua francesa, receberam fluxos situados entre 3% e 16%. Vale destacar a Libéria, que não é ex-colônia da França e nem pertence à Uemoa, mas que, naquele ano, foi destino do maior volume do fluxo francês, em quantia equivalente a 23% do total (MENDES, 2013). Naturalmente, tudo isso dificulta ainda mais a situação da Guiné-Bissau pelo ângulo da competitividade no interior da União.

Dificuldades são registradas não somente na esfera da produção. Diferentes aspectos captados por indicadores sociais também significam problemas. Os dados da Tabela 2 ajudam a formar uma ideia não só sobre a *performance* econômica da Guiné-Bissau, comparativamente aos demais países membros da Uemoa, mas também no tocante à situação social.

Tabela 2 – Uemoa: indicadores econômicos e sociais selecionados (2018)

	Eletri- cidade consumida (bilhões kWh)	Consumo de ele- tricidade <i>per capita</i> (kWh/hab)	Expectati- va de vida no nas- cimento (anos)	Taxa de alfabe- tização (%)	Gasto em saú- de (% PIB)	Popu- lação abaixo do nível de pobreza (%)	Investi- mento fixo bru- to (%)	Taxa de cresci- mento da produção indus- trial (%)	Dívida externa (bi US\$)	Taxa de penetra- ção de celular/ 100 hab.
Guiné-Bissau	0,03	17,64	51	59,9	5,6	67	ND	1,9	1,1	67,54
Costa do Marfim	5,67	234,4	59	43,1	5,7	46,3	15	7	12,38	90,32
Togo	1,21	152,29	65,4	63,7	5,2	55,1	25,4	7,5	1,39	50,54
Burquina Faso	1,2	65,7	55,9	36	5	40,1	20,9	5,1	3,08	57,77
Benim	1,12	101,55	62,3	38,4	4,6	36,2	22,6	5	2,72	87,59
Senegal	3,01	205,47	62,1	57,7	4,7	46,7	25,5	8,4	6,75	88,44
Níger	1,2	55,7	55,9	19,1	5,8	45,4	18,4	5	3,09	33,04
Mali	1,4	113,11	60,3	33,1	6,9	36,1	ND	4,7	4,3	94,31
Uemoa	14,84	-	-	-	-	-	-	-	34,81	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Index Mundi ([2018?]).

A primeira e a segunda coluna informam sobre um elemento geralmente sugestivo em qualquer economia, o consumo de eletricidade. Da mesma forma, as colunas sete e oito referem-se a aspectos de grande importância, e os números mostrados indicam a posição amplamente desfavorável da Guiné-Bissau em face dos demais integrantes. O melhor exemplo de desempenho elevado concerne ao Senegal, que detém as maiores taxas do bloco, com 25,5% em investimento fixo bruto e 8,4% em crescimento da produção industrial.

Os dados também mostram que, em 2017, o consumo total de eletricidade na Uemoa, agregadamente, foi de 14,84 bilhões de kw/h. Na Guiné-Bissau, o consumo total e o consumo *per capita* somaram 30 milhões de kwh e 17,64 kwh/hab, respectivamente. Trata-se de um patamar muito baixo no cotejo com os demais países. Nestes, os números mínimos oscilam de 1 bilhão a 3 bilhões de kwh de consumo total em 2017; no consumo *per capita*, o nível detectado é de 234 kwh/hab na Costa do Marfim, 205 kwh/hab no Senegal e 113 kwh/hab no Mali, as três maiores economias. O volume muito baixo apresentado pela Guiné Bissau é sugestivo sobre a posição desse país no bloco, já que alguns membros exibem um considerável nível de competitividade em termos comparativos.

A problemática da energia elétrica na Guiné-Bissau merece atenção. Dados do Ministério da Economia e Finanças/Direção Geral de Previsão e Estudos Econômicos (MEF/DGPEE, 2015) mostram que o país tem procurado aumentar a produção de eletricidade em face das demandas tanto da sociedade em geral quanto das atividades produtivas. De acordo com a instituição, a produção cresceu 7,7% no quarto trimestre de 2015, em relação ao trimestre anterior, e 108% em relação ao mesmo período de 2014. O consumo igualmente se expandiu: foi maior em 57% no quarto trimestre de 2015, tanto na comparação com o trimestre anterior quanto com o mesmo período em 2014. Porém, os números apresentados ainda se mostram muito baixos no confronto com os demais países da Uemoa, como indicado na Tabela 2.

O índice de produção industrial, fortemente relacionado com o setor energético, apresentou evolução positiva moderada no quarto trimestre de 2015: atingiu 0,9% na comparação com o trimestre anterior do mesmo ano, de acordo com os dados da MEF/DGPEE (2015). Essa evolução espelha um aumento na intensidade do beneficiamento da pequena parcela da castanha de caju que passa por esse processo no país: o crescimento foi de 133%, fazendo subir de 2,6% para 6,1% do total da respectiva produção, a parcela beneficiada localmente. O grosso desse beneficiamento continua a ocorrer na Índia, que compra importantes quantidades desse produto *in natura*.

As colunas sete e oito da Tabela 2 permitem comparar os países da Uemoa quanto ao desempenho industrial, oferecendo indícios sugestivos sobre a *performance* da economia guineense. As informações referem-se, como já destacado, ao

investimento bruto e à taxa de crescimento da produção industrial no espaço da Uemoa. Em ambos os indicadores, a situação guineense representa a pior posição entre todos os países membros. A taxa de crescimento da sua produção industrial foi de apenas 1,9% em 2018 (em relação ao ano anterior), enquanto que, para todos os demais parceiros, esse indicador variou de 4% a pouco mais de 8%, aparecendo o Senegal na posição de maior destaque, uma situação já sublinhada anteriormente.

Números como esses são sugestivos da efetiva situação da Guiné-Bissau na Uemoa. Sua economia aparece em grande desvantagem perante países que apresentam economias mais dinâmicas, com ritmos de produção industrial mais acelerados. Isso faz com que a economia guineense permaneça, como tem sido observado desde o seu ingresso no bloco, dependente da produção de outras economias da Uemoa.

Essa dependência verifica-se particularmente com respeito ao Senegal, que estaria a enxergar no mercado da Guiné-Bissau uma oportunidade a mais para crescer em termos econômicos. Realmente, esse país se transformou no segundo maior vendedor para o mercado guineense, atrás somente de Portugal. Tal situação, indissociável dos problemas estruturais e historicamente avolumados da Guiné-Bissau, torna este país crescentemente frágil perante os seus parceiros econômicos: quase tudo que é consumido domesticamente provém de vários membros da Uemoa.

4 Relações Comerciais no Seio da Uemoa

Examinam-se, nesta seção, as relações comerciais internas à Uemoa, desde a sua criação. O superlativo papel do comércio nos processos de integração econômica, como diversas experiências permitem constatar, justifica tratar essas relações como um importante assunto específico.

4.1 Exportações

A Tabela 3 apresenta, para cada país, a participação das exportações dirigidas à Uemoa nas respectivas exportações totais entre 1990 e 2012. Ao mesmo tempo, é mostrada a variação percentual anual das exportações em escala de bloco (primeira linha de dados).

Tabela 3 – Uemoa: participação das exportações intrabloco dos membros nas respectivas exportações totais e variação percentual anual agregada (1990-2012)

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Variação Exp. IntraUemoa	-	-31,3	173,8	-9,3	33,7	10,7	15,6	9,5	24,7	31,5	11,6	31,0
Guiné-Bissau	0,4	3,7	0,0	0,4	7,3	2,6	5,8	3,7	2,5	13,2	14,7	8,9
Benim	0,0	0,0	7,2	3,0	3,7	4,7	5,1	15,9	23,7	8,5	9,7	10,9
Costa do Marfim	14,9	14,7	19,9	11,3	13,3	16,7	11,3	9,6	10,8	12,4	9,9	12,5
Burquina Faso	15,6	30,1	20,6	17,5	15,9	0,0	20,3	19,0	12,5	22,3	11,1	15,2
Mali	66,9	5,4	34,3	19,7	14,8	12,4	7,7	7,3	4,9	12,3	9,2	10,8
Senegal	10,8	9,2	7,7	10,2	11,6	9,4	16,3	21,5	29,2	31,9	33,8	24,7
Togo	7,5	6,0	5,7	6,9	8,6	13,5	22,9	28,6	31,7	32,9	36,7	40,5
Niger	4,3	3,8	6,7	8,4	8,0	6,5	4,9	4,6	4,5	3,1	2,2	13,40

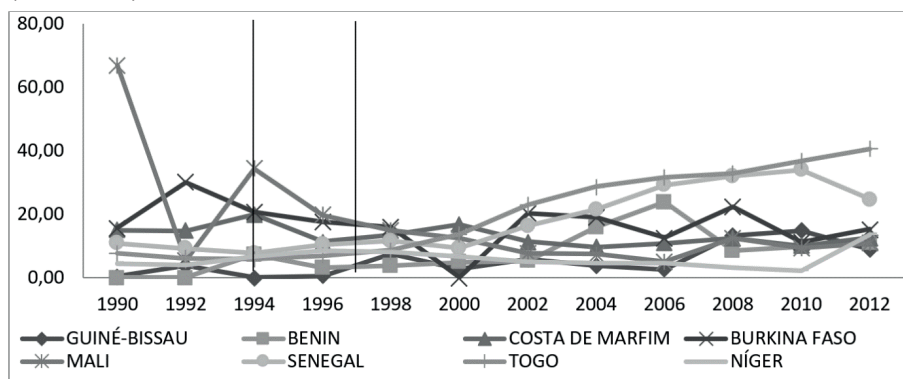
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de BCEAO ([2012?]).

Pelo indicador utilizado, observa-se que, no geral, o comércio intrabloco cresceu após o surgimento da Uemoa, em 1994. Antes da criação, de 1990 a 1994, a liderança nas exportações entre os países do conjunto cabia a Mali, Burkina Faso, Costa do Marfim, Senegal, Togo e Níger. A Guiné-Bissau estava na sétima posição e o Benim, na oitava.

De fato, os dados disponibilizados por BCEAO ([2012?]) indicam que as relações comerciais internas à Uemoa se expandiram, com tradução na trajetória das exportações intrabloco. Anteriormente, a taxa de crescimento dessas exportações, entre 1990 e 1992, havia sido de -31,35%, e, já no primeiro ano de existência da Uemoa, ocorreu uma expansão da ordem de 173,85%. Esse patamar não se manteve nos anos subsequentes, mas os números sempre mostraram-se relativamente elevados, acima de 15%, por exemplo, em 1998, 2002, 2006, 2008 e 2012.

Olhando especificamente para a Guiné-Bissau, percebe-se que a participação de suas vendas para o bloco no total das suas exportações, desde a entrada na Uemoa em 1997, fez esse país ocupar a sexta posição no *ranking*. Em patamares inferiores ao da Guiné-Bissau figuraram somente Níger e Benim. Tanto o comportamento das exportações guineenses dirigidas à Uemoa quanto aqueles correspondentes a todos os demais membros são apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Uemoa: participação (%) da exportação intrabloco na exportação total (1990-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de BCEAO ([2012?]).

Cabe assinalar que restringir a observação às participações percentuais nem sempre oferece uma ideia adequada sobre o processo que se quer examinar. Por exemplo, é possível que existam amplitudes semelhantes nas variações percentuais do comércio de um país grande e de um país pequeno, mas isso pode significar mudanças absolutas muito diferentes. Mesmo assim, trata-se de um indicador aceitável para fins de comparação na escala da Uemoa, razão pela qual é aqui utilizado para cotejar as trajetórias individuais de comércio no interior do bloco.

Examinando-se as exportações da Guiné-Bissau para a Uemoa desde a sua entrada, verifica-se que, apesar de um desempenho inferior aos dos demais integrantes entre 2000 e 2006, o país experimentou, nos primeiros quatro anos de participação (1997-2000), momentos de considerável crescimento. Outros períodos semelhantes ocorreram entre os anos de 2006 e 2012, e, em 2010, as exportações guineenses atingiram expansão de 14,7%, após o que se vivenciou recuo, enquanto os demais países registravam crescimento.

Apesar dessa evolução nas suas exportações para o bloco, a Guiné-Bissau situa-se em uma posição inferior aos demais integrantes nesse aspecto. Isso guarda relação com o fato de a Guiné-Bissau concentrar suas vendas em países externos à Uemoa. Com efeito, mais de 80% das exportações guineenses destinam-se à Ásia e a outros países africanos não pertencentes ao bloco (MRE/DIC, 2014).

Assim, há contraste entre a Guiné-Bissau e os demais países da Uemoa com respeito às exportações. Após a criação do bloco, apenas Burquina Faso e Benim apresentaram fases de queda significativa no volume de vendas internas, com todos os demais demonstrando consistência na evolução das trocas com os parceiros da Uemoa. Isso é fato, sobretudo, no que concerne a Togo e Senegal, que vinham aumentando significativamente as suas participações, com variações acima de 20% nos últimos anos.

Sobre a evolução que a Guiné-Bissau exibiu nas suas exportações para o bloco, cabe destaque para os destinos e as participações de cada país importador. Da totalidade das exportações guineenses para a Uemoa em 2008, o Mali absorveu 47,2%, seguido do Togo, com 42,8%, e do Senegal, com 10%. Em 2010, os destinos principais foram Togo, Costa do Marfim e Senegal, com 72,3%, 17% e 10,7%, respectivamente. Em 2012, esses três países absorveram 99,9% das exportações da Guiné-Bissau para a Uemoa, com 92,9% para Togo, 7% para Costa do Marfim e 0,1% para Benim (BCEAO, [2012?]).

4.2 Importações

As importações são mostradas na Tabela 4, sendo indicada para cada país a participação das suas importações realizadas no interior da Uemoa nos respectivos totais, entre 1990 e 2012. Informa-se também a variação percentual anual das importações internas ao bloco em termos agregados.

Tabela 4 – Uemoa: participação das importações intrabloco dos membros nas respectivas importações totais e variação anual percentual agregada (1990-2012)

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012
Variação das importações intraUemoa	-	18,2	5,4	77,2	15,3	-9,7	67,5	-1,7	55,1	25,6	-2,5	49,3
Guiné-Bissau	5,2	2,8	4,4	9,5	8,2	17,0	23,5	16,4	36,0	23,9	8,4	12,3
Benim	1,7	0,05	0,04	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3
Costa do Marfim	1,8	0,6	0,9	1,1	1,0	0,9	1,2	0,7	0,7	1,1	1,1	2,1
Burquina Faso	20,3	21,8	20,3	18,9	20,2	0,0	27,1	26,5	35,2	21,3	22,6	17,8
Mali	0,3	54,2	19,2	30,4	35,7	34,0	34,2	28,4	28,9	29,4	22,6	37,9
Senegal	5,4	6,2	2,9	2,6	2,7	2,7	3,1	3,6	3,3	3,6	2,5	3,4
Togo	20,7	5,9	10,0	11,1	13,9	13,1	8,5	6,6	7,2	11,6	8,6	4,0
Níger	19,2	22,3	18,9	21,6	14,2	26,4	18,5	10,1	10,5	10,4	5,6	10,2

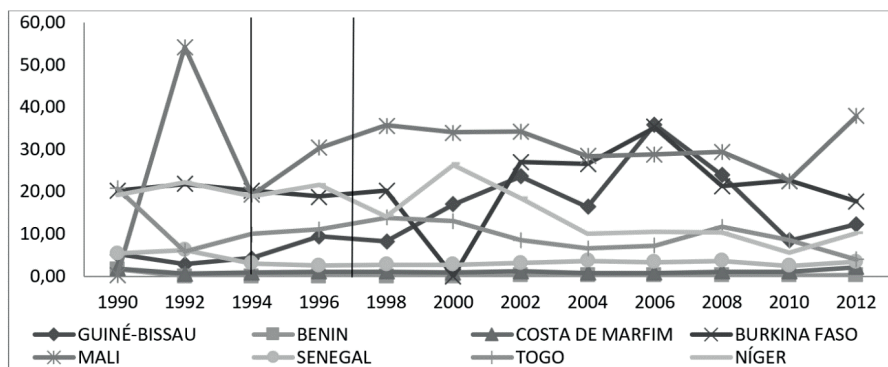
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de BCEAO ([2012?]).

As importações intrabloco cresceram significativamente ao longo do tempo, a julgar pelos dados disponíveis. Isso não quer dizer ausência de resultados negativos, como verificado nos anos de 2000, 2004 e 2010, com as variações de -9,7%, -1,7% e -2,5%, nessa ordem. Ainda assim, de um modo geral, houve variações positivas de alguma magnitude, evidenciando-se intensidade nas trocas no seio da região.

Observe-se que esses resultados corroboram os de Fernandes, Boukouna e Fernandes Júnior (2011) sobre a integração econômica na África Ocidental. Os autores destacam os ganhos de comércio obtidos na Uemoa desde a sua criação, indicando taxas anuais superiores a 10%. No seu estudo salientam que, comparada com outros blocos econômicos do continente africano, a Uemoa apresenta números mais significativos para o comércio intrabloco. De sua parte, Adetula (2004) destaca que, sobretudo se forem consideradas as adversidades e especificidades existentes nessa região africana, o logrado aumento no comércio mostra-se muito importante e expressivo.

É importante também examinar os países individualmente, de modo a comparar as *performances* específicas nas importações intrabloco. De acordo com o Gráfico 3, que permite essa observação, a Guiné-Bissau constitui-se, depois de Mali, Burkina Faso e Níger, em um grande consumidor de produtos oriundos do próprio bloco. Suas taxas de importação nesses fluxos têm sido muito altas, chegando a atingir o equivalente a 35% das importações que realiza do resto do mundo.

Gráfico 3 – Uemoa: participação (%) da importação intrabloco na importação total (1990-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de BCEAO ([2012?]).

Algumas trajetórias individuais chamam bastante a atenção, sobretudo com respeito às três maiores economias, a saber, Costa do Marfim, Senegal e Mali, tanto antes quanto depois da formação do bloco. Percebe-se que o Mali sempre apre-

sentou uma taxa elevada de importação com origem nos países da região. Antes da existência da Uemoa, o respectivo valor chegou a representar 54% da sua importação total, e essa grande participação manteve-se após a criação do bloco, embora tenha recuado para um intervalo entre 30% e 40% do total importado.

Já as duas primeiras economias apresentam-se exportando para a região mais do que compram internamente, mesmo que os valores absolutos, no segundo caso, sejam consideráveis. A Costa do Marfim sempre exibiu presença da importação intrabloco abaixo de 3% desde que a Uemoa foi criada. O Senegal, por seu turno, teve a participação diminuída: era de 5% a 6% antes da existência do bloco e caiu para um nível abaixo de 4% desde o primeiro ano de funcionamento.

O movimento de queda na percentagem das importações intrabloco nessas três economias pode ter dois motivos principais, pelo menos. De um lado, os valores absolutos das suas importações totais (quer dizer, desde o bloco e desde o resto do mundo) podem ter crescido, mas a velocidade foi maior nas compras oriundas do resto do mundo. De outro lado, pode ter ocorrido aumento nas importações de bens de capital e outros produtos de maior complexidade econômica, com origem, portanto, externa à Uemoa, elevando, dessa maneira, o valor das importações extrabloco.

Quase todas as demais economias menores desse conjunto exibem elevadas importações internamente originadas, como se constata com Burquina Faso, Níger e Togo. Já o Benim mostra-se na contramão, registrando importações intrabloco muito pequenas quando comparadas com aquelas provenientes do resto do mundo. Desde a criação da Uemoa, esse país nunca apresentou volume de compras intrabloco que superasse 1% do seu total importado.

A Guiné-Bissau vem apresentando grande importação intrabloco desde a sua entrada na Uemoa, embora registrasse incidência de até 10% dessas compras um ano antes do ingresso. Daí em diante, a evolução em termos percentuais foi expressiva, não obstante o decréscimo a partir de 2008, com uma maior queda em 2010, voltando a subir, todavia, nos anos subsequentes.

Observa-se que as importações guineenses oriundas do bloco exibem comportamento contrário ao das suas exportações dirigidas à Uemoa. A partir de 1998, essas importações cresceram fortemente em comparação com suas importações vindas do resto do mundo. Nos anos de 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2012, os correspondentes percentuais são de 8,2%, 17%, 23,5%, 16,4%, 36%, 24%, 8,4% e 12,3%, respectivamente (BCEAO, [2012?]). Esse comportamento está indicado no Gráfico 3.

Resta apontar os países da Uemoa que respondem pelo importante aumento das compras guineenses no interior do bloco, como se procedeu com os principais destinos das exportações intrarregionais da Guiné-Bissau. Como já se afirmou, é importante saber quais são os países que têm usufruído do aumento de mercado

representado pelo ingresso da economia guineense. Falar sobre isso implica identificar o subgrupo com o qual esse país tem mantido as maiores relações comerciais como destino de exportações.

Dados disponibilizados por BCEAO ([2012?]) mostram que Senegal, Costa do Marfim, Togo e Mali figuram como os principais vendedores para a Guiné-Bissau no interior da Uemoa. Desde a incorporação desse país ao bloco, a média de importações guineenses oriundas do Senegal atingiu 91% em relação ao total dessas compras realizadas na Uemoa. Os demais países, sobressaindo Costa do Marfim, Togo e Mali, correspondem, somados, a até 10% dessas compras em alguns anos.

Esses dados evidenciam a forte presença do Senegal nas relações comerciais guineenses. Os vínculos da Guiné-Bissau com esse país são muito maiores e mais intensos do que com os demais membros do bloco. Apesar de a Guiné-Bissau absorver volumes consideráveis de importações originárias da Uemoa, de um modo geral o Senegal representa de longe a parte mais significativa do correspondente valor. Assinala-se que isso é fato mesmo na comparação com o resto do mundo, pois o Senegal figura atrás somente de Portugal como origem de produtos importados para suprir o mercado guineense (MRE/DIC, 2014).

5 Breve Discussão sobre a Situação da Guiné-Bissau

Não se pode dizer, pelo apresentado, que a participação da Guiné-Bissau na Uemoa – em envolvimento iniciado mais de dois decênios atrás – representou a esperada nova fase para a economia e a sociedade desse país, com efeitos positivos em termos de impulsos em diferentes atividades e a decorrente melhoria do padrão de vida da população, entre outros resultados. Progredir nessas direções era, certamente, um objetivo maior quando da decisão governamental de ingressar no esquema de integração que fora criado poucos anos antes.

Desde a independência, em 1973, governos com orientações políticas e econômicas que variaram no decorrer das décadas tentaram colocar em prática iniciativas idealizadas em diferentes planos e programas de desenvolvimento econômico (SANGREMAN *et al.*, 2006). Ora, os planos analisados, por exemplo, no estudo de Djau (2019), nunca conseguiram lograr a promoção de mudanças verdadeiras no quadro geral de carências e fragilidades, constatado, por exemplo, em Van Maanem (1996) às vésperas da entrada da Guiné-Bissau na Uemoa. Daí que, em face das imensas dificuldades enfrentadas naquelas circunstâncias, ligadas ao menos parcialmente, segundo Djau (2019), aos erros de política dos sucessivos governantes – combinados às imposições de uma conjuntura internacional adversa (sem desconsiderar os reflexos de algumas orientações de ajustes determinadas por organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) –, as

autoridades guineenses vislumbraram o envolvimento na Uemoa como uma possibilidade para o país.

A persistência de grandes dificuldades socioeconômicas no país, com equacionamento muito dificultado em atmosfera de recorrentes turbulências políticas, permite considerar que as aspirações na Guiné-Bissau, vetores da opção pelo ingresso na Uemoa, revelaram-se, ao menos até o presente momento, uma considerável frustração. É eloquente que a já longa participação no bloco não tenha produzido situação capaz de evitar que o essencial das necessidades de consumo da população – incluindo alimentos básicos – continue sendo atendido por importações. Importações, inclusive – e tal aspecto mostra-se profundamente significativo –, de países sócios no empreendimento integracionista, o Senegal largamente em primeiro lugar.

Subjacente à situação de escassos desdobramentos positivos da entrada da Guiné-Bissau nesse bloco econômico, figura a mesma situação que parece ter levado o governo desse país à decisão de ingressar, como assinalado: uma dramática condição estrutural de fragilidade e limitações na esfera da economia. Fazer frente a tal adversidade, a reboque dos esperados estímulos e impulsos derivados da integração, constituía, tudo leva a crer, uma forte motivação. Contudo, o amargado nível de precariedade – na economia, amplamente falando, com agudas manifestações na estrutura produtiva e nas infraestruturas, assim como no âmbito institucional – representou, ele próprio, um obstáculo para que reflexos positivos (ou suficientemente positivos) pudessem materializar-se.

De fato, os enormes problemas estruturais – sintetizados, de alguma maneira, na expressão “economia fragilizada”, indicativa de carências em diversos sentidos, desde a infraestrutura social e produtiva até a capacidade empreendedora, por exemplo – não favorecem ou permitem usufruir como se desejaria, e como seria necessário, das possibilidades e oportunidades inerentes à integração, principalmente associadas, entre outras coisas, à ampliação do mercado. Ao mesmo tempo, essa impossibilidade conspira para que o envolvimento na integração não produza resultados aptos a representar mudanças importantes, sem as quais a participação nos processos ligados à integração desfavorece o aproveitamento do que é sinalizado ou oferecido pelo funcionamento da Uemoa, ao menos potencialmente.

Num certo sentido, estar-se-ia diante de uma circularidade viciosa. Ajuda a perceber o problema a evocação da ideia de círculo vicioso da pobreza, conforme discutido pelo estoniano Ragnar Nurkse, conhecido teórico do desenvolvimento econômico. A expressão remete a uma “[...] constelação circular de forças que tendem a agir e reagir umas sobre as outras de tal maneira a manter um país pobre em estado de pobreza.” (NURKSE, 1957, p. 4, tradução nossa). Para o autor, “Talvez as mais importantes relações circulares desse tipo sejam as que afligem a

acumulação de capital em países economicamente atrasados.” (NURKSE, 1957, p. 4, tradução nossa).

Na sua argumentação, a oferta de capital nesses países tende a ser diminuta pela circularidade envolvendo a pouca capacidade de poupança, que é um resultado do baixo nível de renda real, o qual decorre da reduzida produtividade, fruto da escassez de capital, que obstaculiza o aumento da produtividade capaz de ampliar a renda e impulsionar a oferta de capital, e assim por diante. Também a demanda de capital exibe circularidade viciosa: o pequeno estímulo ao investimento, base dessa demanda, reflete o baixo poder de compra da população, tradução do tamanho da sua renda real, que espelha a pequena produtividade reinante, a qual decorre do pouco capital engajado na produção, uma situação (parcialmente) explicada pelo escasso estímulo ao investimento.

O autor assinala que as situações de pobreza exibem causas diversas, conforme as experiências. Em alguns dos países mais pobres, pode-se observar relação, por exemplo, com escassez ou insuficiência de recursos, como água, terra fértil ou energia. “Mas em todos eles a pobreza pode ser também atribuída, em alguma medida, à falta de adequado equipamento de capital, que pode decorrer da pequena indução para investir e também da reduzida capacidade de poupar.” (NURKSE, 1957, p. 5, tradução nossa).

Não é difícil pensar sobre os problemas da Guiné-Bissau nesses termos. De fato, os canais aptos a favorecer a acumulação de capital nesse país têm se mostrado obstruídos.²

Na Guiné-Bissau, os problemas avolumaram-se em trajetória histórica que registra uma multissecular exploração colonial portuguesa (a independência da Guiné-Bissau ocorreu somente em 1973), conforme abordado em estudos como Castelo (2012, 2014), Horta (1965) e Sangreman (2016). O percurso exibe também, nos pouco menos de cinco decênios de vida como Estado soberano, uma sequência de ações governamentais que, não há equívoco em considerar, foram mal concebidas ou executadas, conforme argumentado, por exemplo, por Sangreman *et al.* (2006) e Van Maanem (1996). Além disso, o período pós-independência registrou persistente sucessão de problemas políticos na forma de golpes de Estado e guerra civil. No conjunto, isso traduziu-se em atmosfera profundamente adversa às necessidades tanto de estabilidade e segurança para investimentos na economia, quanto de ações públicas representativas de uma adequada atenção voltada à promoção do desenvolvimento (VAN MAANEM, 1996).

2 Observa-se que existem outros esquemas interpretativos sobre realidades socioeconômicas e políticas com traços semelhantes aos encontrados na Guiné-Bissau. Uma ilustração importante refere-se à análise do intelectual beninense Albert Tévoédjrè, que evoca o legado colonialista incrustado nessas experiências ao abordar a pobreza e os grandes problemas enfrentados na promoção do desenvolvimento em tais países (TÉVOÉDJRÈ, 1981).

A questão institucional parece particularmente relevante, quer se pense no período “colonial” ou, representando em parte uma herança dessa fase da história da África Ocidental, no percurso aberto com a independência. A Guiné-Bissau tem revelado, como tantos outros países, a presença dominante de instituições econômicas e políticas que Acemoglu e Robinson (2012) classificam como “extrativistas”. Isto é, situações em que os detentores do poder – econômico e político, as duas esferas nutrindo-se reciprocamente – atuam primordialmente em benefício próprio, objetivando perenizar a posição de comando. Indicações sobre isso para a Guiné-Bissau são fornecidas em estudos como os de Cardoso (2002) e Van Maanen (1996).

É verdade que o assunto relativo às instituições não se apresenta sem controvérsias, em que pese a ênfase que se lhe atribuiu no debate sobre o desenvolvimento no período recente. Por exemplo, segundo Chang (2004, p. 207), as políticas e estruturas institucionais de que se valeram séculos atrás os países atualmente ditos desenvolvidos, quando davam os primeiros passos nos respectivos processos de desenvolvimento, diferiram “[...] significativamente das que normalmente se supõe que eles utilizaram e mais ainda das diretrizes que recomendam, ou melhor, que frequentemente exigem dos atuais países em desenvolvimento.”.

Seja como for, é difícil discordar da postulação segundo a qual um ambiente institucional que represente, talvez em primeiro lugar, maior previsibilidade e segurança aos agentes é amplamente compatível com o crescimento econômico e com o desenvolvimento. Sua existência parece mesmo uma condição para que circularidades viciosas como a relativa à acumulação de capital possam ser estancadas e, com alguma sorte – e na esteira de políticas e medidas adequadas –, revertidas para circularidades virtuosas. O terreno da democracia sem atenuantes parece ser o mais fértil para que um processo com esse perfil possa vicejar e se fortalecer.

A Guiné-Bissau certamente clama por uma reversão nesses termos. A alternativa, no sentido de preservar a ordem existente, apresenta-se dramática. Por exemplo, por importar quase tudo o que consome, inclusive alimentos com grande presença na dieta da população, o país permanece bastante vulnerável a qualquer crise econômica, interna ou externa, que afete a capacidade de comprar no exterior.

Isso significa uma permanente exposição a situações de altas nos preços, um quadro inflacionário que, cabe assinalar, pode ser nutrido até mesmo pelas condutas de agentes econômicos guineenses. Refere-se aqui, sobre tal aspecto, inclusive à observada prática de preços especulativos na busca de maiores proveitos, algo incrustado no cotidiano, tendo em vista que o Estado apresenta-se frágil para coibir. O resultado, é claro, oprime acima de tudo a população, de uma maneira geral, agravando um quadro social já bastante dramático, histórica e estruturalmente falando.

6 Considerações Finais

Este estudo discutiu aspectos importantes do funcionamento da Uemoa, uma das várias experiências contemporâneas de integração econômica regional externas ao centro do capitalismo, particularmente em terras africanas. Chamou a atenção para essa experiência o fato de estarem envolvidos alguns dos países em maiores dificuldades no mundo. O mesmo cabe dizer sobre a circunstância de uma maioria de ex-colônias francesas interagir com uma ex-colônia portuguesa, em uma união econômica e monetária cuja moeda única – o franco CFA – é emitida na França.

Como sugerido na quinta seção, parece impossível dissociar a decisão das autoridades guineenses quanto à adesão ao bloco do persistente e inquietante quadro de dificuldades econômicas – com intensos reflexos sociais e repercussões políticas – então vivenciado no país. Essas dificuldades mantinham-se não obstante a observada sequência de planos e programas de desenvolvimento, cujo desenho e execução desde a independência canalizaram esforços e absorveram recursos no intuito de promover setores e atividades considerados pelas lideranças políticas como aptos a contribuir para alterar o vigente estado de coisas. Há de ter influenciado a opção pelo envolvimento, a percepção – e provavelmente a esperança – de que aderir a um bloco regional constituído havia alguns anos, caracterizado pela disciplina financeira que as uniões monetárias geralmente sinalizam, abriria novas possibilidades por conta da atração de investimentos e dos impulsos derivados da ampliação do mercado (e da concorrência).

Esse desenho de participação dos integrantes influenciou o ângulo da abordagem. Trata-se do realce da situação da Guiné-Bissau, país que é, além do mais pobre do conjunto, o único lusófono e o último a adentrar o bloco.

Inspirado em alguns termos do debate teórico sobre integração econômica regional e suas relações com o desenvolvimento, o estudo mostrou que, após a criação da Uemoa, em 1994, a trajetória da economia mostrou-se expansiva nesses países, quer se olhe pelo PIB ou pelo PIB *per capita*. Contudo, os percursos mostraram-se diferenciados, alguns membros exibindo desempenhos melhores do que outros. A presença de desigualdades, assinala-se, é um traço proeminente da experiência da Uemoa, como apontam vários indicadores socioeconômicos. O ponto a destacar é que a Guiné-Bissau ocupa a pior posição, por qualquer ângulo considerado.

Esse perfil de desigualdades está presente nas relações comerciais dentro da Uemoa. Desde a criação, as exportações e importações internas revelaram-se crescentes – observadas na participação de ambas nos seus totais mundiais, para cada país – em um bom número de participantes. Porém, a Guiné-Bissau exibe desempenho precário, sugerindo que seu ingresso não representou, de fato, a (cer-

tamente) esperada inflexão em quadro econômico e social – e também político – bastante problemático historicamente.

Talvez essa participação tenha até mesmo agravado a condição de fragilidade e de dependência da Guiné-Bissau frente ao exterior. No caso em questão, esse exterior refere-se ao próprio espaço regional da integração. Com efeito, o Senegal, que junto da Costa do Marfim e do Mali é uma das mais fortes economias do conjunto, passou a responder por grandes volumes de importações guineenses, incluindo produtos alimentares. Não se pode descartar que os vínculos comerciais internos lubrificados pela integração tenham contribuído para aniquilar, ou ao menos atrofiar ou inibir, atividades econômicas no espaço guineense. Ao lado disso, teria crescido a vulnerabilidade da Guiné-Bissau relativamente a choques oriundos do exterior.

Não se compreende essa situação da Guiné-Bissau na Uemoa sem considerar questões de natureza histórica e estrutural. Isso abrange a herança da ocupação portuguesa e os problemas que pontilharam os quase cinco decênios, até agora, de vida independente em termos políticos formais. O peso das instituições, do período de presença portuguesa e depois, é acachapante, conforme analisado em estudos referidos no corpo do artigo, como os de Cardoso (2002) e Sangreman (2016).³ No percurso pós-independência, isso traduziu-se em uma sequência de planos e intervenções que poucas vezes deram respostas efetivas às necessidades do país, quer dizer, da população guineense. Seria errado dizer que o ingresso na Uemoa perfila-se entre as iniciativas (que representaram a maioria) pouco ou nada planejadas, adequadamente discutidas e sopesadas?

Seja como for, não parece equivocado assinalar que reformas profundas no setor empresarial e que políticas ao estilo do incentivo ao crédito são essenciais para que a participação da Guiné-Bissau na Uemoa possa sinalizar alguma mudança nesse país. Dever-se-ia mirar o fomento do empreendedorismo, com ampliação e melhoria das condições aptas a favorecer negócios consistentes, e isso inclui recursos financeiros e infraestruturas. Não menos importante é assegurar um clima estimulante aos investimentos, para o que é preciso estabilidade jurídica e institucional, irrevogavelmente.

Numa palavra, o terreno a laborar é o da política, e o desafio implica arregimentar forças em torno de um verdadeiro plano/projeto nacional de alavancagem da economia e de promoção do desenvolvimento social em prol de todos os setores da sociedade. O quanto o envolvimento na Uemoa pode constituir de ingrediente nessa empreitada, é assunto para debate no plano político e institucional e também para decisões judiciosas.

3 É possível formar uma ideia mais ampla, sobre a influência das instituições do período colonial na África como um todo, mediante consulta a Boahen (2010).

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ADETULA, V. A. *Regional integration in Africa: prospects for closer cooperation between West, East and Southern Africa*. Johannesburg: IDASA/FREDSKORPSET Research Exchange Program Governance and Democracy, May. 2004.

BADI, M. K. *Ideologías y experiencias de integración regional en África*. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1992.

BALASSA, B. *Teoria da integração económica*. Lisboa: Clássica, 1964.

BCEAO – Banque Centrale des États de l'Afrique de l'Ouest. *Entrepôt de Données Economiques et Financières*. [2012?]. Disponível em: <https://edenpub.bceao.int/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BOAHEN, A. A. (Ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

CARDOSO, C. *A formação da elite política na Guiné-Bissau*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos (CEA), Occasional Papers, 2002.

CARVALHO, L. A. Os processos de integração económica regional da União Europeia e do Mercosul: breve abordagem histórico-evolutiva. *Scientia Iuris*, v. 5, n. 6, p. 59-92, 2002.

CASTELO, C. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n. 2, p.391-408, 2012.

CASTELO, C. “Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Varia História*, v. 30, n. 53, p. 507-532, 2014.

CAVALCANTI, M. A. F. de. *Integração económica e localização sob concorrência imperfeita*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

CAVES, R. E; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. *World trade and payments: an introduction*. 10th. ed. Boston: Pearson, 2007.

CHANG, H. J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CORDEN, W.M. Economies of scale and customs union theory. *Journal of Political Economy*, v. 80, n. 3, p. 465-475, 1972.

DIALLO, M. A. *África Ocidental: oportunidades e desafios da integração regional frente às relações interafricanas (desde os anos 1960)*. 2015. 249p. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DJAU, M. A. *A Guiné-Bissau em face do processo de integração econômica e monetária na África Ocidental: contemplando a integração regional como instrumento de promoção do desenvolvimento*. 2019. 564f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Faostat agriculture*. [2018?]. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#data>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FERNANDES, L. N.; BOUKOUNGA, J. C.; FERNANDES JUNIOR, J. Integração econômica regional na África Ocidental. *Conjuntura Austral*, v. 2, n. 8, 18-46, 2011.

FISHLOW, A.; HAGGARD, S. *The United States and the regionalisation of the world economy*. Paris: OECD, 1992. (Development centre documents).

HORTA, P. Análise estrutural e conjuntural da economia da Guiné. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 20, n. 80, p. 333-495, 1965.

INDEX MUNDI. *Guiné-Bissau: indicadores econômicos e sociais*. [2018?]. Disponível em: https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/populacao_abaixo_do_nivel_de_pobreza.html. Acesso em: 7 jun. 2018.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Principais indicadores da economia da Guiné Bissau*. Bissau: Ministério de Economia, Plano e Integração Regional, 2017.

JOVANOVIC, M. *International economic integration: limits and prospects*. London: Routledge, 1998.

MEF/DGPÉE – Ministério da Economia e Finanças/Direcção Geral da Previsão e Estudos Económicos. *Boletim Conjunturas*. Bissau: Direcção Geral da Previsão e Estudos Económicos, 4º Trim. 2015.

MENDES, P. A experiência da integração da Guiné-Bissau no seio da UEMOA: que subsídios a transmitir à União Europeia? In: SOHN, R.; OPPONG, A. K. (Eds.). *Comércio regional e integração monetária na África Ocidental e na Europa*. Praia: Instituto de África Ocidental; Bonn: Center for European Integration Studies, 2013, p. 175-189.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PECUÁRIA. *Evolução de produção e exportação da castanha de caju em tonelada*. Bissau: MAFP – Divisão de Estatísticas Agrícolas, 2017.

MRE/DIC – Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Inteligência Comercial. *Guiné-Bissau: comércio exterior – principais destinos e origens*. Bissau: MRE/DIC, 2014. Disponível em: https://www.google.com/search?ei=RoQ3XNW8FYSlwgTFy6WgCg&q=principais+destinos+de+exporta%C3%A7%C3%A3o+da+guin%C3%A9-bissau+mre+2014+pdf&oeq=principais+destinos+de+exporta%C3%A7%C3%A3o+da+guin%C3%A9-bissau+mre+2014+pdf&gs_l=psy-ab.3...16167.17752..18530...0.0..0.227.851.0j4j1.....0....1..gws-wiz.....0i71j33i10.FLBZJ6XqKg. Acesso em: 15 set. 2018.

MYRDAL, G. *Perspectivas de uma economia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

NURKSE, R. *Problems of capital formation in underdeveloped countries*. 5th ed. New York: Oxford University Press, 1957.

OCAMPO, J. A. La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos. In: OCAMPO, J. A. (Org). *Cooperación financiera regional*. Santiago: Cepal, 2006, p. 13-56. (Libros de la Cepal, n. 91).

PEREIRA, P. C. *Acordos regionais de comércio: uma análise dos ganhos não-tradicionais*. 2008. 108f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015*. [S.l.]: PNUD, 2015. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

ROBSON, P. *Teoria económica da integração internacional*. Coimbra: Biblioteca Jurídica, 1985.

ROBSON, P. *The economics of international integration*. 4th ed. London: Routledge, 1998.

SALVATORE, D. *Economia internacional*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 2000.

SANGREMAN, C. *A política económica e social na Guiné-Bissau – 1974-2016*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsa/CSG, 2016. (Documentos de trabalho n. 146-2016).

SANGREMAN, C.; SOUSA JUNIOR, F.; ZEVEIRINO, G.; BARROS, M. *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Lisboa: Centro de Estudo sobre África e do Desenvolvimento, Universidade Técnica de Lisboa, 2006. (Coleção documentos de trabalho n. 70).

SMITH, A.; VENABLES, A. J. Completing the internal market in the European community: some industry simulation. *European Economic Review*, v. 32, p. 1501-1525, 1988.

TÉVOÉDJRÊ, A. *A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade*. São Paulo: Cidade Nova; Petrópolis: Vozes, 1981.

TORRENT, R. Anatomia del Mercosur real. In: BERLINSKI, J.; SOUZA, F. E. P.; CHUDNOVSKY, D.; LÓPEZ, A. (Coords.). *15 años de MERCOSUR: comercio, macroeconomía e inversiones extranjeras*. Montevideo: Red MERCOSUR, 2006.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. *Economic development in Africa – Report 2009: strengthening regional economic integration for Africa's development*. Geneva: UNCTAD, 2009.

UNDP – United Nations Development Program. *The 2019 global Multidimensional Poverty Index (MPI)*. 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2018-MPI>. Acesso em: 22 maio. 2020.

VAN MAANEN, B. Economia. In: MONTEIRO, A. I. (Ed.) *O programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau: análise dos efeitos sócio-económicos*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1996. p. 27-42.

VINER, J. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

WBG – World Bank Group. *World development indicators*: Guinea-Bissau. 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau?locale=pt>. Acesso em: Out. 2018.

Autor correspondente:

Mamadu Alfa Djau

E-mail: mdjau@bceao.int

Recebido em: 07/06/2019.

Aceito em: 19/06/2020.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Creative Commons Attribution CC-BY 4.0, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.